

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
IPPUR/UFRJ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

MONOGRAFIA

Título:

RIO 2004: do Plano Estratégico à Cidade Mundial

Subtítulo:

Breve ensaio sobre as influências do modelo de “cidade mundial” na elaboração do Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro através da análise da Sétima Estratégia - Rio 2004

Orientador: Prof. Doutor Jorge Luis Alves Natal

Priscila Oliveira Guidi de Barros Bockmann

1999

Ficha catalográfica

B 665 r

Bockmann, Priscila Oliveira Guidi de Barros, 1971 –
RIO 2004: do Plano Estratégico à Cidade
Mundial/Priscila Oliveira Guidi de Barros Bockmann –
Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 1999.

29 p; 30cm

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Planejamento e Uso do Solo Urbano, no
IPPUR/UFRJ, em 1999.

Bibliografia: p. 28

1. Plano Estratégico - Cidade do Rio de Janeiro (RJ)
2. Rio de Janeiro (RJ) - Planos I. Natal, Jorge Luis
Alves II. Título.

CDD: 658.4012

SUMÁRIO

RESUMO	03
APRESENTAÇÃO	05
PARTE 1: Candidatura Olímpica e Plano Estratégico	06
1.1. A Candidatura Olímpica	07
1.2. A Estratégia 7 e o Plano Estratégico	10
PARTE 2: Práticas Recentes de Intervenção Urbana e a Construção da Cidade	15
2.1. Algumas considerações sobre as práticas recentes de intervenção urbana na Cidade do Rio	15
2.2. A construção da cidade: poder público, poder privado e sociedade	18
PARTE 3: MetrÓpole Nacional, Cidade Mundial	19
3.1. Rio de Janeiro: âmbito local, nacional e internacional	19
3.2. Estratégias, projeto urbano, cidade mundial e cidade global	20
3.3. Países centrais e países periféricos	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
ANEXOS	29

Resumo

Este ensaio procura, de modo breve, relacionar o modelo de “cidade mundial” com as proposições contidas no escopo do Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro. Tomamos como dado a influência deste modelo na elaboração do Plano e objetivamos a análise na Sétima Estratégia - Rio 2004. Esta estratégia propõe um evento olímpico como elemento propulsor (catalítico) das mudanças no sentido do desenvolvimento da Cidade do Rio assim como de sua Região Metropolitana. O campo de análise mostrou-se bastante vasto, envolvendo diversos sujeitos (o poder público, a população e o capital privado). Procuramos, sempre que possível, direcionar a análise aos interesses mais específicas do Planejamento Urbano, procurando focar as mudanças (expressas pelo Plano Estratégico) frente à “nova ordem mundial” (globalização).

RIO 2004: do Plano Estratégico à Cidade Mundial

Breve ensaio sobre as influências do modelo de “cidade mundial” na elaboração do Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro através da análise da Sétima Estratégia - Rio 2004

Priscila Oliveira Guidi de Barros Bockmann

Monografia de pós-graduação *latu sensu* apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ – como trabalho final do Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Aprovada por



Professor Doutor Jorge L. A. Natal

Rio de Janeiro

Outubro de 1999

RIO 2004: do Plano Estratégico à Cidade Mundial

Breve ensaio sobre as influências do modelo de “cidade mundial” na elaboração do Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro através da análise da Sétima Estratégia - Rio 2004

Orientador: Prof. Doutor Jorge Luis Alves Natal

Priscila Oliveira Guidi de Barros Bockmann

APRESENTAÇÃO

A partir de um documento base, o Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro, e, mais especificamente, da sua sétima estratégia, procuramos entender a ideologia dominante que direcionou a elaboração do plano.

Isto posto, o trabalho a ser desenvolvido propõe uma análise de como a “nova ordem mundial” influencia de maneira mais ou menos explícita a elaboração de políticas, planos e projetos de intervenção na cidade. Essa “nova ordem mundial” encontra, em alguns campos do conhecimento, uma imagem teórica que se torna seu símbolo ou emblema. No campo do Urbanismo, esse “emblema” poderia ser o que chamamos de “cidade mundial”, assim como no campo da Economia (ou da geografia econômica) encontraríamos o termo “cidade global”. Mas, na prática, o que se verifica é um uso destes termos distintos quase que como sinônimos, principalmente se observarmos o discurso da mídia menos especializada.

Devido à exigüidade do tempo disposto para a realização da monografia (que por definição se pretende a mais concisa possível), optamos por centrar a reflexão que se segue na análise do Plano Rio 2004, que, na verdade, aparece sintetizado na sua Estratégia 7 (do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro).

Em vista desses comentários, vai se configurando um campo de estudo no qual teríamos algumas palavras-chave, a saber: **globalização, estratégia, projeto urbano, cidade mundial e cidade global**. Não pretendemos aqui esgotar o assunto e nem construir conceitos fechados para estes termos. O esforço seria o de “ver” através destes conceitos, tomando como base o Plano Estratégico para a Cidade do Rio e também alguma literatura complementar pertinente, pelo menos parcela das mudanças em curso ao nível da práxis que alcança determinadas cidades, como seria o caso do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que entendemos um trabalho de monografia como uma construção dialética, ou seja, como estando em permanente “des-construção” e “re-construção” do objeto. A partir da hipótese de que as práticas de intervenção na Cidade do Rio de Janeiro sofre(ra)m influência de um modelo internacional de cidade – a “cidade mundial”, tentaremos justificar essa afirmação através da análise da Estratégia 7: Rio 2004.

PARTE 1: Candidatura Olímpica e Plano Estratégico

1.1. A Candidatura Olímpica

O clima de otimismo criado com a possibilidade da Cidade do Rio de sediar os jogos olímpicos marcou a cena carioca recente. O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro¹ foi elaborado, segundo se anunciava, visando o desenvolvimento da cidade através de “estratégias”. Ele estabelece o ano de 2004 como marco estratégico para a obtenção de resultados. Dentro da diretriz “cidade esportiva” (ver quadro, pág. 30), encontramos o lançamento da idéia da cidade como “sede olímpica”.

“A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação” (p. 52)¹.

Essa “transformação” pretendida possibilitaria a inserção da cidade no circuito internacional de “globalização” e “mundialização” em vista da posição econômica e da imagem da cidade em pauta. A materialidade das intervenções teria um aspecto simbólico: seria o emblema com o qual a cidade alcançaria o *status* pretendido. Este aspecto seria expresso pela citação que se segue:

“Definir um projeto emblemático que mobilize a cidade, favorecendo sua transformação urbanística e o aperfeiçoamento dos serviços, e que fomente a prática do esporte como fator de integração social, além de permitir a recuperação de sua posição de centro esportivo nacional” (p. 53)¹.

¹ PLANO Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio, Rio de Janeiro, Imprensa da Cidade, 1996. Este documento constitui-se na principal fonte para a confecção do trabalho, sendo a ele referenciadas várias citações do

Mas por que escolher um projeto olímpico? Por que este esforço de convencimento em todos os níveis?

As intervenções urbanas, assim como os planos que dispõem sobre elas, tendem a seguir modelos. Tais modelos podem ser abstrações utópicas idealizadas (como no caso das cidades modernistas) ou simplesmente seguir um tipo de realização que “deu certo” em uma determinada cidade. No caso do Rio, foi tomado como base o modelo de intervenção urbana praticado em Barcelona, que, justamente, teve como evento propulsor de mudanças a sede olímpica (1992).

É precisamente a possibilidade de sediar os Jogos Olímpicos o elemento catalítico, o que propulsionaria a mudança positiva na qualidade do ambiente urbano. Pelo menos era o que acreditava a prefeitura municipal e, principalmente, os seus consultores especializados: os catalães.

Através da leitura do documento do Seminário de Avaliação da Rio 2004² fica claro esse sentido e direção ora anotados; aliás é o próprio Jordi Borja³ quem considera a universalidade do modelo empregado:

“(…) Acredito que exista uma tendência social urbana para a revalorização da cidade. Chame a isto de ‘modelo europeu’ ou de ‘modelo universal” (p. 19)³.

Voltaremos a nos deter na questão dos modelos mais adiante. Teríamos como interessante ainda nesta primeira parte a tentativa de destrinchar a Estratégia 7. O ano de 2004 teria sido estabelecido como marco estratégico, ou seja, quando já haveria algumas realizações e resultados, constituindo-se, portanto, num “cenário (futuro)”.

texto.

² PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Seminário sobre as condições urbanísticas das áreas selecionadas para os jogos olímpicos. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo - IPLANRIO, janeiro de 1996.

³ Jordi Borja i Sebastià é urbanista com mestrado na Universidade de Paris. Presidente da empresa mista Technologies Urbanes Barcelona S.A. (Tubsa), foi um dos responsáveis pela grande reforma urbana de Barcelona. É delegado de Relações Internacionais da prefeitura de Barcelona. Participou da elaboração dos planos estratégicos de Lisboa, Bogotá e Rio de Janeiro.

Definida a Estratégia – Rio 2004, pólo regional, nacional, e internacional (ver p. 30) – quais seriam os objetivos? Centro da Cidade do Rio como mercado cultural; Cidade Esportiva; Marketing da Cidade e Turismo e Eventos. Estes seriam os quatro objetivos pretendidos, dentro do formato geral em que se apresentam as estratégias (estratégia → objetivos → ações → projetos).

A Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 aparece como “projeto” dentro do objetivo “Cidade esportiva”. As formas que esse grande e ambicioso projeto iriam assumir foram objeto de um seminário (além das devidas atenções da mídia) sobre as condições urbanísticas das áreas selecionadas para os jogos olímpicos, em janeiro de 1996².

Apesar da ampla divulgação da candidatura olímpica e da favorável adesão da população à idéia, desde o início ficava claro que alguns aspectos (problemas) da cidade se não a invibilizassem ao menos iriam dificultar a aceitação da cidade pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Um desses “problemas” era a poluição da baía de Guanabara, questão negativa que foi alardeada pela mídia como principal quesito de desclassificação da Cidade do Rio de Janeiro.

Mas, a despeito de todas estas posições conflitantes, a população encarou positivamente a possibilidade da sede olímpica e se revestiu de símbolos, ‘vestiu’ a camisa literalmente, e ‘comprou’ a idéia.

A possibilidade da sede olímpica, além de atrair atenções em escala mundial, atrairia recursos imediatos de destinação específica para dotar de infraestrutura a cidade, ou seja, complementar a infra-estrutura existente através de obras que há muito já estariam previstas e planejadas, mas que, mediante a esta situação singular, seriam viabilizadas através dos recursos nacionais e internacionais destinados às sedes olímpicas.

1.2. A Estratégia 7 e o Plano Estratégico

A despeito da pouca idade do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio, foi tomado um outro rumo com base no chamado “pensamento estratégico”, que se baseia numa visão “gerencial” da cidade, identificando a cidade como “empresa”. Este pensamento e o clima político favorável deram ensejo à elaboração primeiramente de um Diagnóstico da Cidade e, posteriormente, ao Plano Estratégico propriamente dito.

Desde as primeiras frases do Plano Estratégico fica clara a preocupação com a participação cidadã e a representatividade da sociedade como um todo, pelo menos no nível discursivo. A forma como é exposto o documento leva a impressão imediata de uma real participação das instituições e da sociedade. O documento dispensa nada menos que uma seção inteira, 14 páginas, em anotar a relação de pessoas e instituições participantes da “elaboração” do Plano.

O Plano Estratégico do Rio se pretendeu coletivo e cidadão, justificando esta assertiva com o argumento da participação ou representação de diversos sujeitos, institucionais, econômicos e sociais (305 pessoas no Conselho da Cidade e Conselho Diretor; 109 pessoas na elaboração do Diagnóstico da Cidade; 323 pessoas na Análise de Propostas para a Cidade e 25 especialistas para estudos – um total de 762 pessoas). Na verdade, o que fica claro a partir de uma leitura mais cuidadosa do Plano, é que os principais sujeitos são: a Prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), identificados como principais promotores desde a fase de diagnóstico. Outra preocupação ou temática que é constantemente reiterada ao longo do documento se constitui na busca de uma “nova identidade” para a Cidade do Rio, o que diz respeito à imagem da cidade, à “definição da cidade que queremos”, envolvendo nesta última colocação a adesão da sociedade.

Mas a questão que parece direcionar de fato o “pensamento estratégico” é a questão dos chamados “novos desafios gerados pela evolução tecnológica, pela globalização da economia e pela mudança das relações individuais, comunitárias e produtivas” (p. 9)¹. A questão econômica, a inserção no mercado globalizado, a posição no âmbito da América Latina, a competição nacional com a Cidade de São Paulo, esta “inserção”, este “lugar” nas diversas escalas hierárquicas, é que parece ser a bandeira do Plano Estratégico. E daí a competição, a concorrência, o *marketing* da cidade, a cidade como empresa e até a cidade como “produto”.

É também reiteradamente utilizado o discurso da “vocação” da Cidade do Rio de Janeiro, como lugar da cultura, como espaço singular, privilegiado, onde a natureza se integra ao espaço urbano, e que, mesmo com toda desigualdade encontrada neste seu espaço, projeta o Brasil internacionalmente.

“Esta intensa vida cultural e as oportunidades para o desporto e o lazer fazem do Rio uma cidade especial e fazem do carioca uma síntese do que   o país” (p. 18)¹.

E este discurso de maneira nenhuma   novo, muito já se ouviu e se falou a respeito da “vocação” da Cidade do Rio. Aliás, neste ponto já se pode identificar uma característica importante do Plano: ele incorpora idéias, planos e projetos anteriores,  s vezes tal como se apresentam (considerando a sua continuidade indispensável   a o estratégica) e outras vezes sob uma nova roupagem. Por vezes torna-se até difícil atribuir autoria a determinados projetos.

A Estratégia 7 – Rio 2004: pólo regional, nacional e internacional, pode ser lida como a síntese, o fim último do Plano Estratégico. Como se todo o conteúdo do Plano pudesse ser sintetizado a partir do projeto de transforma o da Cidade do Rio em “pólo regional, nacional e internacional”. Ela já aparece na primeira página do texto, na se o intitulada “Mensagem dos Promotores”:

“(O Plano Estratégico) não é um plano de governo, mas de toda uma cidade que quer ser acolhedora, participativa, competitiva, integrada interna e externamente (...), ou seja, uma cidade **pólo de atratividade regional, nacional e internacional**” (p. 9)¹.

Este recurso discursivo retorna no corpo do documento, como se pode constatar às páginas 12 e 23. O objetivo central, assim, parece abraçar o senso comum de querer melhorar a imagem do Rio, interna e externamente; mas se apresenta genérico, ao invés da Estratégia 7 que é mais “objetiva” e enfática. Uma característica muito marcante do Plano é exatamente essa: partir da estratégia à ação, e em nome desta “ação” muitos meios são justificados.

As sete estratégias são tratadas na publicação do Plano Estratégico de maneira a explicitar os objetivos gerais de cada uma (sempre acompanhadas de uma mapa de referência). Depois são enumerados os objetivos, ações e projetos, tendo o seguinte formato geral (já citado): estratégia → objetivos → ações → projetos.

O Plano Estratégico, num outro âmbito analítico, só pode ser entendido num contexto específico de mudança política, ou melhor, da ascensão política do Prefeito Cesar Maia, das suas ações e da sua equipe. Poderíamos chamar as ações propostas pelo Plano, notadamente os programas Rio Cidade e Favela Bairro, de um “urbanismo de resultados”. Aliás, como propõe uma publicação da Prefeitura⁴, “o urbanismo de volta às ruas”. Pela leitura dos conceitos adotados no processo de elaboração do Plano, podemos facilmente deduzir uma de suas origens, de influência marcante, que é a utilização das estratégias pelas empresas no trato com o mercado. Dessa forma, podemos ler claramente a identificação da cidade enquanto empresa, ou ainda enquanto produto. O conceito de planejamento estratégico é definido como:

“(...) Um esforço ordenado desenvolvido para produzir decisões e ações

⁴ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas. Rio de Janeiro;

fundamentais que dêem forma e que orientem o que uma organização (empresa, instituição, cidade, região metropolitana ou país) quer atingir, a partir do estágio em que se encontra” (p. 96)¹.

A chamada “visão de êxito” (p. 96)¹ com a qual se identifica o Planejamento Estratégico abordado (ou ainda à visão particular deste planejamento estratégico aplicado à Cidade do Rio que tem como modelo as intervenções ocorridas na Cidade de Barcelona) parece estar associada a uma idéia de “antever” cenários, direcionados através das estratégias e impulsionados através de eventos específicos, “catalisadores”, aceleradores de mudanças, e estas mudanças sempre ocorrendo num sentido positivo (êxito).

É interessante notar também, através da análise do Diagnóstico da Cidade⁵, documento anterior ao Plano, que a idéia da sede olímpica não se apresentava e nem tampouco o ambicioso título a ser alcançado – pólo regional, nacional e internacional. Este documento constitui, como o próprio nome deixa entender, em uma análise da situação encontrada e algumas considerações no sentido de implementar linhas estratégicas preliminares que mais tarde iriam nortear e conformar o Plano Estratégico para a cidade.

Através dos pontos enfocados pelo diagnóstico pode-se ler uma hierarquia, uma ordem de importância das questões abordadas e o discurso sempre presente da inserção. Mas, como o próprio nome sugere, a cidade é diagnosticada em seu contexto. São colocados os “pontos fracos”, inclusive problemas, deficiências, que, depois, foram totalmente eliminados da redação do Plano Estratégico, pois este último, como dissemos, é “positivo”, tem uma “visão de êxito”, se auto-define enquanto programa de ação, de mudança da situação encontrada no sentido de transformar o existente em algo “melhor”.

MAUAD, 1996.

⁵ DIAGNÓSTICO da Cidade do Rio de Janeiro. Síntese. Plano Estratégico ... Rio de Janeiro, Prefeitura/ACRJ/FIRJAN,

Dentro do vocabulário do “gerenciamento empresarial” (cidade-empresa), poderíamos até colocar que o Plano Estratégico visaria “otimizar” a cidade ou o contexto urbano de modo que ela possa vir a se tornar “competitiva” e que, com isso, pudesse atrair recursos para a realização de seus projetos e acabasse por reforçar a sua imagem em todas as escalas (regional, nacional e internacional). Dessa forma, a cidade iria garantir a sua “posição” no *ranking* das cidades mundiais (ou das cidades globais) e viveria constantemente “em disputa” com as demais cidades (inclusive dentro do próprio país, como Rio x São Paulo, por exemplo).

PARTE 2: Práticas Recentes de Intervenção Urbana e a Construção da Cidade

2.1. Algumas considerações sobre as práticas recentes de intervenção urbana na cidade

Algumas práticas recentes de intervenção na cidade tornaram-se emblemáticas de um novo tipo de urbanismo, um urbanismo não totalizador, de uma chamada "acumpuntura urbana". E também da restituição da importância do "Urbanismo" enquanto instrumento, enquanto modo de lidar com a cidade, em detrimento até de outros instrumentos, como o Plano Diretor. Aliás, os dois programas que se tornaram símbolo da recente administração municipal, o Rio Cidade e o Favela Bairro, são citados no campo "projetos" em duas estratégias. O Projeto Rio Cidade é citado na "Estratégia 2: Rio Acolhedor" (p. 33)¹ e o Favela-Bairro é citado na "Estratégia 4: Rio Integrado" (p. 41)¹.

É interessante notar como a emergência das intervenções pontuais e do planejamento estratégico como instrumento de desenvolvimento da cidade acabou por se contrapor de certa maneira ao Plano Diretor. Essa mudança de direção pode também ser associada à mudança de orientação política na sucessão municipal. É de 1992 a Lei Complementar n.º 16 que institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Prefeito Marcelo Alencar) enquanto que a decisão de elaborar o Plano Estratégico já estava confirmada no fim de 1993, com a assinatura de um acordo de cooperação entre o então Prefeito da Cidade (Cesar Maia) e os Presidentes da Associação Comercial e da Federação das Indústrias.

Os programas de intervenção urbana recentes, principalmente o Projeto Rio Cidade e o Favela-Bairro, devem-se, em grande parte, a um ambiente político específico criado com a ascensão ao poder do Prefeito Cesar Maia e o seu posterior

prolongamento com a atual prefeitura de Luiz Paulo Conde. Segundo definições correntes⁶, o Rio Cidade consiste na requalificação e disciplinamento dos espaços públicos através da reconstituição de ruas e praças, interrompendo o ciclo de degradação. A criação, adequação e incremento da infra-estrutura urbana também é um aspecto fundamental.

Por outro lado, existiu e ainda existe o discurso de crítica ao projeto Rio Cidade assim como ao Plano Estratégico, no sentido de ambos conferirem privilégio à função econômica em detrimento da função social da cidade e da propriedade, colocando então esta linha de planejamento e projeto em oposição ao Plano Diretor, caracterizando-se, segundo esta visão crítica, num projeto de exclusão e não de integração⁷.

Tanto o atual prefeito da cidade Luiz Paulo Conde, como seu antecessor, César Maia, têm como característica comum o uso de uma política pragmática de busca de resultados. Os desconfortos gerados com as obras e a perspectiva de mudanças algumas vezes bastante drásticas, mobilizaram a opinião pública a favor e contra os programas de intervenção urbana, notadamente com relação ao Projeto Rio Cidade. Algumas situações mostraram-se particularmente incômodas, principalmente para a Prefeitura.⁸ Também a falta de um monitoramento mais cuidadoso com relação à segurança de pedestres e trabalhadores gerou um clima desfavorável envolvendo prefeitura, mídia e população.

O Projeto Favela-Bairro tem como base os mesmos princípios do Rio Cidade, mas ele surge de uma política habitacional do município. A idéia central não seria “produzir moradia” e sim “produzir cidade”: Ao invés de se construir novos assentamentos, ele se propõe a requalificar os dos assentamentos já consolidados.

⁶ Ruth Verde Zein *In* Revista Projeto Design, outubro de 1996, p. 44.

⁷ É a opinião do arquiteto Pedro Alcântara *In* Jornal Arquiteto Notícias, nº 20, agosto de 1996, p. 3.

⁸ Principalmente as denúncias de favorecimento das empreiteiras e da NET Rio (empresa de TV via cabo) durante as obras do Rio Cidade.

Dessa forma, moradores e a coletividades se envolveriam na construção e na manutenção desses espaços.⁹ Este projeto repercutiu muito positivamente tanto no Brasil como no exterior, sendo apontado como uma experiência positiva em seminários nacionais e internacionais. Parte do programa é custeado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e faz parte do banco de dados da ONU (Organização das Nações Unidas).

As repercussões que os projetos alcançaram nestas áreas são alvo de seminários e discussões acadêmicas e institucionais. No Ciclo de Debates “Intervenções Locais e seus desdobramentos sócio-espaciais”¹⁰ foram debatidos os resultados pós-intervenção, assim como situações geradas durante a implantação do programa. Foram também destacados os papéis dos “atores” como o BID, a comunidade e a Prefeitura. O Programa Favela Bairro inspira-se em outros anteriores, notadamente o “Projeto Mutirão”.

As duas posições críticas já citadas, a de defesa do Plano Diretor como instrumento e a “inversão” do planejamento tradicional proposta pelo Plano Estratégico, têm prevalecido durante todo o debate sobre o Projeto Rio Cidade. Uns mostram-se defensores do Plano Diretor, ou de uma forma mais global de planejamento, para então, após cumprida cada etapa, passar-se a intervenção local propriamente dita¹¹. Já os entusiastas do chamado “Projeto Urbano”, acreditam no mesmo como elemento catalisador da cidade. Mediante este tipo de intervenção, toda a realidade da cidade mudaria, como se houvesse um “centro de irradiação” que propagasse estas melhorias pontuais e as estendesse por todo o tecido urbano. O principal modelo seria a Cidade de Barcelona, onde os projetos urbanos executados em função de sediar o evento olímpico teriam sido determinantes para a eleição da mesma como “cidade mundial”.

⁹ Ruth Verde Zein *In* Revista Projeto Design, outubro de 1996, p. 50.

¹⁰ Ciclo de Debates: “Intervenções Locais e seus desdobramentos sócio-espaciais”. Departamento de Geografia/UFF. Novembro de 1997.

¹¹ Portas, Nuno. *Tendências do Urbanismo na Europa*. pp. 04-13. Portas analisa a situação contemporânea européia no

2.2. A construção da cidade: poder público, poder privado e sociedade

A preocupação com a imagem da cidade se manifesta através dos signos que carrega no exterior (e, portanto, numa inserção de ordem simbólica) e efetivamente através de suas formas materiais, através da materialidade das intervenções na cidade propriamente dita que reforçam ou desestimulam (anulam) certas vocações ou características da cidade.

A Estratégia 7 considera a “imagem da cidade” do Rio como um importante fator de atratividade, e a define como a “única metrópole-*resort* do mundo” (p. 51)¹. Ou seja, uma cidade vocacionada ao lazer e ao desfrute de suas particularidades naturais, e que, além disso, ainda exerce grande poder centralizador enquanto metrópole nos âmbitos regional, estadual e nacional. Pode-se ler a partir disso um certo determinismo, que faz com que o Rio tenha a “vocação” de ser a metrópole do lazer e do entretenimento, da vida ao ar livre, da praia e da montanha, e “aceite” mais facilmente o seu “lugar” na hierarquia internacional.

Por outro lado, uma linha de pensamento que pode ser argumentada seria a fuga deste determinismo. Ao invés de uma cidade se conformar com o seu “dom” (vocação), e se tornar uma “empresa” que forneça os “produtos” solicitados no mercado mundial, a única saída das “sociedades” (economias) periféricas seria, ao contrário, o de reforçar os seus símbolos urbanos. A sociedade voltar-se para si mesma, para suas raízes e identidades construídas através do processo histórico particular e inerente a ela, e reforçar esses símbolos nas cidades que as representam. E não simplesmente reduzir o mundo ao duplo local/global.

âmbito urbano e cita o paradigma de Barcelona como exemplo da atual prática da “transformação por projetos”.

PARTE 3: Metrópole Nacional, Cidade Mundial

3.1. Rio de Janeiro:  mbito local, nacional e internacional

O Rio de Janeiro sempre teve tradi o cultural e política, tendo perdido um pouco essa posi o privilegiada depois da transferência da capital da República para Brasília. Pode-se considerar, então, que até essa época, a cidade funcionava como “caixa de ressonância” cultural e política para o restante do país. A gradual ascensão de São Paulo ocorrida após a transferência da capital para Brasília (1960), via principalmente economia (setor industrial e empresarial), criou uma competi o ainda hoje bastante acirrada.

Devemos considerar a possibilidade de uma certa inflexão (a partir de 1994) na anterior trajetória de degrada o econômica (período 1980-94) do Estado do Rio de Janeiro que tem sido objeto de pesquisa¹². A metrópole do Rio exerce extrema centralidade ao nível do processo de redinamiza o econômica que consideramos estar ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro. Poderíamos ilustrar a importância do referido estado no contexto nacional (brasileiro), considerando apenas o dado popula o:   terceiro mais populoso do País (13,5 milhões de habitantes). Também no campo econômico, constitui-se nos últimos cem anos em uma das principais economias nacionais. Este mesmo estudo citado aponta que esta inflexão   dada pelos investimentos em infra-estrutura, constru o civil e em indústria.

Apesar da significativa revolu o tecnológica assistida nas áreas de transporte e de comunica es, no contexto do Estado do Rio, estaríamos apenas reafirmando a anterior geografia econômica, que tinha (e continua tendo) como principais fra es territoriais a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Sul

¹² Natal, Jorge L. A. Mudanças Infra-estruturais de Transportes e Novas Institucionalidades – o atual caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Artigo elaborado para apresenta o no Encontro da “Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio”, em Toluca (México), Setembro de 1999.

Fluminense (“desconcentração concentrada”)¹³. Os novos arranjos institucionais não tem conseguido dirimir as desigualdades dentro do território.

Uma outra característica da cidade do Rio seria o seu “cosmopolitismo”¹³, que por si só já justificaria a grande atenção dada à cidade em todos os níveis (regional, nacional e internacional). Seria almejada uma inserção internacional através do evento olímpico. Dentro do pensamento estratégico, e o Rio seria a cidade com uma “posição estratégica” privilegiada em todos os sentidos (geográfico, econômico, simbólico), a cidade seria projetada, e ocuparia finalmente uma “posição” privilegiada nesta hierarquia “global”. Também o Brasil alcançaria uma melhor inserção internacional no contexto mundial globalizado, via cidade mundial (Rio de Janeiro).

O Rio teria a capacidade, em si, dada as suas especificidades e um certo indicativo de crescimento, de exercer a função de centro irradiador da cultura e tecnologia. À luz dessa perspectiva histórica, seria uma cidade que teve e ainda teria tradição de “coisa pública” e certo compromisso com a idéia de nação¹³.

3.2. Estratégias, projeto urbano, cidade mundial e cidade global

Os catalães influenciaram de maneira decisiva a prática urbanística contemporânea. Eles criaram a partir do projeto urbano e da valorização das áreas de uso público, um modelo de intervenção que possibilita a transformação da cidade, a reversão da anterior degradação, um “modelo ideal”¹⁴ capaz de até mesmo elevar hierarquicamente uma cidade, e produzir a sua inserção internacional. A Prefeitura do Rio ‘comprou’ essa idéia e pretendia através do “receituário” de “cidade mundial” alcançar o *status* pretendido.

Uma espécie de “critério emergencial” que privilegiaria as necessidades prioritárias, e que, assim sendo, justificaria a adoção do Planejamento Estratégico

¹³ *Kosmos* (universo) + *polis* (cidade).

¹⁴ Como já foi dito anteriormente, o modelo europeu se pretende “ideal” e, nesta linha de pensamento, pretende ser

enquanto instrumento, sendo à ele inerente no que tange a rapidez em se partir da estratégia à ação. O que poderia ser questionado neste ponto seria o que direciona a escolha destas prioridades.

Como já foi dito, alguns termos empregados no presente trabalho, necessitam de um apoio conceitual para que sejam melhor entendidos neste contexto. Um destes conceitos seria o de “cidade global”. Termo conhecido através de Saskia Sassen, que situa as cidades no contexto da transformação da geografia e da composição da economia mundial. Esta transformação geográfica e econômica, teria produzido uma dualidade: uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa mas mundialmente integrada. A combinação da dispersão espacial e da integração mundial – condicionada à continuidade da concentração do domínio e do controle econômicos – faria com que as maiores cidades exercessem um papel estratégico na atual fase da economia mundial. A tecnologia da informática possibilitaria a dispersão geográfica e a integração simultânea de muitas atividades. Esta “cidade global” acabaria por possuir um novo tipo de urbanização, em se constituir em uma nova cidade¹⁵. Estas cidades exerceriam (e exercem efetivamente) a função de centros mundiais de comando econômico.

Os catalães preferem o termo “cidade mundial”¹⁶, que adotamos como referência para a formulação do trabalho. Segundo esta visão, o mundo contemporâneo da economia globalizada se assenta nas grandes cidades. Quanto mais globalizada vier a ser a economia (e a cultura, a informação), mais esse mundo integrado assumirá as feições e as dinâmicas de algumas grandes metrópoles chamadas “cidades mundiais”. Um aspecto importante para esta visão de cidade (cidade mundial) é o centro (área central das cidades). A cidade como um todo e sua região central estão intimamente

chamado de “modelo universal”.

¹⁵ SASSEN, Saskia. A Cidade Global. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria F. C., NABUCO, Maria Regina (org.). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 188. Os maiores exemplos apontados pela autora, para a década de 80, são Nova York, Londres e Tóquio.

ligadas – o centro é identificado como o coração e a metrópole como o corpo. Daí as intervenções nas áreas centrais serem de vital importância.

Já com relação aos “projetos urbanos”, tomamos como base para a tentativa de conceituação o discurso de Nuno Portas (Professor na Universidade do Porto), que argumenta que estamos assistindo à terceira geração destes projetos. A primeira geração seriam os projetos unitários de arquitetura de apreciável dimensão e complexidade que pretendiam configurar de forma exemplar o que deveria ser a cidade moderna (anos 60). Uma Segunda geração teria lugar na “crise fiscal” dos anos 70 em que as intervenções mais pontuais e municipais baixam de escala, designam-se por “fragmentos” (cidades europeias). A terceira geração (últimas décadas) mantém um forte protagonismo dos arquitetos, que agora são acompanhados do “cliente político enfatizado pela globalização mediática”¹⁷.

Fato é que as intervenções ou propostas de intervenção e de concepção seja do planeamento urbano, do plano estratégico ou do projeto urbano, se baseiam em modelos bastante positivos e pragmáticos, que tem uma forma discursiva e de atuação tão forte e totalizadora que dificulta até o processo crítico (a crítica é vista como empecilho do processo, retardadora das ações). Então a reflexão e a atitude crítica construtiva é vista como um atraso num sistema de atuação que pretende “ir adiante”, num sentido “positivo”, que só pode resultar em uma “melhora” do existente.

O Planeamento Estratégico também pode ser identificado com o novo papel do Estado, que após a crise do “modelo assistencial” (*Welfare State*, Estado do Bem-estar) se retira da provisão de infra-estruturas (privatizações) e passa a exercer a “gestão” através de “parcerias” público-privadas.

¹⁶ BORJA I SEBASIÀ, Jordi. O Desafio da Cidade Mundial. In: *Viva o Centro em Revista*, n.º 11, junho de 1995, p. 6-9.

¹⁷ PORTAS, Nuno. L'emergenza del progetto urbano. In: *Revista Urbanística* 110, Roma, giugno 1998 (texto

3.3. Países centrais e países periféricos

Nos encontramos diante de um momento histórico específico (e também, obviamente, político, econômico, etc.) que se apresenta frente ao fenômeno da globalização. Como se comportam as cidades neste contexto? A efervescência das mudanças presentes causa muito alvoroço e torna nebuloso ou incerto o caminho futuro (qual será o futuro das cidades?) e, principalmente, frente à importância (relevância) dada ao capital (ou à economia) e também de um certo modo da tecnologia que contribui para a ampliação das redes menos dependentes da “base territorial” (descolamento do território) com o conseqüente enfraquecimento dos chamados Estados-nação.

Neste cenário, da economia globalizada, ou simplesmente do momento de transformações econômicas e tecnológicas que convencionamos chamar de globalização, alinham-se as cidades em uma hierarquia particular que geralmente cruza dois dados principais: tamanho das cidades (quantidade de população) e posição na economia global (*ranking* econômico).

À época da economia desvinculada da produção (o capital existe pelo capital, e não pelas formas de troca ou de produção de mercadorias, o capital financeiro, o capital virtual, o capital artificial), poder-se-ia, anunciam alguns, associar as cidades, desvinculadas do território, de tal sorte a conformar uma rede que não necessitaria mais do apoio das nações, dos limites políticos e territoriais dos estados. Neste sentido, a Rio-2004, ou mais amplamente, o “novo urbanismo” presente no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, parece ajustar-se ou expressar, com razoável exatidão, esse novo conjunto de valores tão presentes nas formulações de diversas áreas disciplinares como o urbanismo, a economia, etc.

E neste ponto encontraríamos uma forte contradição pois quando estas

idades se “descolam” dos seus territórios para integrar as redes mundiais, elas estariam se distanciando do próprio contexto em que se inserem. Mas as cidades centrais diferem muito pouco das cidades que foram historicamente centros de atividades financeiras e de negócios. Assim, apesar da crise na organização do sistema econômico a partir dos anos 60, essas cidades, esses “centros de comando” em escala global, foram os lugares que forneciam melhores condições de alocação das infraestruturas necessárias e do suporte tecnológico que suporta a atual economia globalizada de redes (fluxos). E isto estaria fortemente relacionado à questão do território.

Nesta perspectiva parece mais que relevante o estudo das territorialidades, ainda que novas, no contexto da economia (e da política, da cultura, etc.) globalizada (ou da “nova ordem mundial”). Mais notadamente no que se refere às cidades brasileiras, no caso a cidade do Rio, em todas as suas dimensões (da Região Metropolitana, estadual, nacional, da América Latina, etc.), devem ser observadas as diversas singularidades com relação à questão do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sucintas reflexões anteriores não pretendem, é trivial, responder a todos os questionamentos levantados, e nem seria essa as suas intenções. Ante à pergunta principal colocada no trabalho – se haveria influência do modelo de cidade mundial nas práticas recentes de intervenção na cidade do Rio, mais especificamente na sétima estratégia do Plano Estratégico, Rio 2004 – parece claro que sim. Mas o mais importante neste ponto nem seria comprovar esta questão e sim buscar identificar este modelo e questionar o seu “rebatimento” na prática urbanística na Cidade do Rio. Estas questões parecem, enfim, relevantes, posto dizerem respeito tanto ao campo do Planejamento Urbano quanto ao do Urbanismo.

O Urbanismo, enquanto campo do conhecimento e prática de intervenção, sempre se valeu de “modelos” para suas elaborações, seus planos, seus projetos. Até aqui nenhuma novidade. O problema seria o “Modelo Universal”, que se pretende bem adequado à qualquer lugar. Aliás, toda essa discussão pela “cidade ideal” lembra muito o discurso modernista do Urbanismo Racionalista, que acabou por se concretizar numa “utopia” bem real e próxima: Brasília. É claro que esta prática de urbanismo tem um caráter diverso da cidade modernista, pois não concebe uma cidade inteiramente nova como a dos modernistas, mas prega uma mudança total no caráter da cidade a partir de uma inversão fundamental, que seria o projeto urbano.

O calcanhar de Aquiles, o ponto frágil deste argumento da inserção a qualquer preço, no caso, às custas de uma “sede olímpica” é a rapidez com que se passa do plano à ação. E o espaço do debate, da concertação democrática? O tempo das mudanças e ajustes sociais não é o mesmo tempo da “cidade-empresa” da era da globalização. Pois o processo de globalização, ao mesmo tempo que “dissolve” as fronteiras, acaba por exacerbar as diferenças, criando o par antagônico inserção x

exclusão.

O Planejamento Urbano, nesta perspectiva, parece imprescindível. Mesmo se admitirmos as qualidades e efeitos positivos da intervenção por projetos, o planejamento é que direciona estas intervenções. Parece provável que estamos diante de novas formas de “planejar” e de “pensar” o urbano, mas seria por demais reducionista nos darmos por satisfeitos com um “planejamento estratégico” de cunho “empresarial”, vinculado diretamente ao “mercado”, para o qual a cidade nada mais é do que um “produto” a ser vendido (e consumido).

Se a única defesa que resta às cidades da periferia da economia globalizada é a sua identidade, são os seus símbolos urbanos, elas não devem se desvincular do território, do contexto, do país para integrar uma rede supra-nacional. Ao contrário, ela deve fortalecer os vínculos internos, procurar se comunicar e se relacionar de forma a diminuir as desigualdades entre cidades, entre regiões, fortalecer ou mesmo estruturar as redes internas para depois procurar uma inserção nas redes internacionais (ou mesmo, estes dois processos se dando simultaneamente). O que parece temerário é que Rio e São Paulo busquem a todo custo uma inserção internacional e dêem as costas a todo o contexto de extrema desigualdade encontrado dentro do território nacional, e mesmo dentro das diversas escalas de unidades analíticas, as cidades, Regiões Metropolitanas, os estados, etc.

Ante a “nova ordem mundial”, a globalização inescapável, abre-se um vasto campo de reflexão sobre o urbano. Na efervescência de mudanças que assistimos, também somos obrigados a lidar com tentativas, às vezes um tanto afoitas, de ordenamento e de desenvolvimento das cidades. Muitos planos ainda estão por vir e estes são efetivamente instrumentos de mudança. O que se discute e se coloca é a elaboração democrática deste instrumento, e a real participação da sociedade. E, a partir desta elaboração, de fato “construir” a cidade que queremos.

Deverá certamente existir algum lugar para essa inigualável forma de materialização do social que é a cidade, algum lugar que não seja apenas a posição e hierarquia desta em relação às outras. Deverá haver um lugar para a Cidade do Rio que não seja apenas a "cidade-resort" da globalização, mas a cidade inteira, construída por seus cidadãos, centro irradiador de cultura e de tecnologia. Mais do que uma "cidade mundial", deverá ser, acima de tudo, uma cidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORJA I SEBASTIÀ, Jordi. La Ciudad Mundial. In: MEYER, Regina M. P., GRONSTEIN, Marta Dora (org.). Memória do Encontro Centro XXI: preparatório do seminário internacional. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1995.
- _____. O Desafio da Cidade Mundial. In: Viva o Centro em Revista, n. 11, p. 6-9, jun. 1995.
- GONÇALVES, Ana Lúcia Ferreira. Manual para normalização de dissertações. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1997. 37p.
- KING, Anthony Douglas. Global-cities: post-imperialism and the internalization of London. Londres: International Library of Sociology, 1991. 194p.
- NATAL, Jorge Luis Alves Mudanças infra-estruturais de transportes e novas institucionalidades – o atual caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 26p. set. 1999. (mimeo).
- OLIVEIRA, Fabricio Leal. A Metáfora cidade=empresa no planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999. 29 p. (texto preliminar para tese de doutorado – IPPUR/UFRJ).
- PLANO Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade, 1996. 127 p.
- PORTAS, Nuno. Tendências do urbanismo na Europa: planos territorial e local. Campinas: PUCCAMP/FAU, 1992. p. 4-13. (Palestra proferida no dia 31 de agosto de 1992)
- _____. L'emergenza del progetto urbano. Revista Urbanística, n. 110, jun. 1998 (texto traduzido).
- RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.
- SASSEN, Saskia. A Cidade Global. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria F. C., NABUCO, Maria Regina (org.). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 187-202.
- TOLEDO, José Roberto et al. Qual será o futuro das cidades? Folha de São Paulo, São Paulo, 02 mai. 1999. Caderno especial, 10 p.
- VERDE ZEIN, Ruth. De volta à cidade maravilhosa: a renovação do Rio de Janeiro busca superar a degradação urbana. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 201, p. 42-55, out. 1996.

ANEXOS

O OBJETIVO CENTRAL E AS SETE ESTRATÉGIAS

**Estratégia 7:
Rio 2004, pólo regional,
nacional e internacional.**

O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre a sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um pólo de atratividade regional, nacional e internacional. O Plano estabelece como marco estratégico o fim do ano de 2004, quando serão colhidos resultados expressivos de projetos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos.

**Estratégia 1:
O carioca do século
XXI**

Oferecer às pessoas oportunidade e facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo.

**Estratégia 2:
Rio Acolhedor**

Melhorar a relação da cidade com seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano necessária para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover a ampliar a convivência e a vizinhança.

**Estratégia 6:
Rio Competitivo**

Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para a modernização dos processos produtivos, tais como: o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais, o suporte para o desenvolvimento de setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias e inovações.

Objetivo Central

Tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior.

**Estratégia 3:
Rio Participativo**

As profundas transformações da vida urbana obrigam a mudanças na estrutura de governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de cidadania e convivência e a uma administração pública eficaz e eficiente, que estabeleça novas formas de relação e comunicação com o cidadão.

**Estratégia 5:
Portas do Rio**

A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro articulador da Região Metropolitana e, ao mesmo tempo, como eixo vertebrador da mais importante região econômica do país. Essa situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infra-estruturas de acesso sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A qualificação das portas internas, articulando as Zonas Sul, Norte e Oeste com o Centro é um pré-requisito para que o Rio seja um pólo integrador da Região Metropolitana.

**Estratégia 4:
Rio Integrado**

O processo de integração crescente será alcançado através da melhor vertebração da cidade, do equilíbrio territorial e de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana por toda a cidade, a normalização da habitação, o fortalecimento do Centro e a melhor mobilidade dos cidadãos.

ESTRATÉGIA	OBJETIVOS	AÇÕES	PROJETOS	
7. Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional	7.1. Centro do Rio como mercado cultural	7.1.1. Reforçar as infra-estruturas culturais do Centro da cidade	7.1.1.1. Complementação das obras do Teatro Municipal 7.1.1.2. Criação de novos museus no Centro 7.1.1.3. Ampliação do Centro Cultural dos Correios 7.1.1.4. Criação de um espaço público para abrigar os pequenos museus	
	7.2. Cidade esportiva	7.2.1. Apoiar o Projeto dos Jogos Olímpicos 2004 7.2.2. Melhorar as infra-estruturas esportivas	7.2.1.1. Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 7.2.2.1. Programa de novas infra-estruturas esportivas 7.2.2.2. Revitalização de infra-estruturas esportivas 7.2.2.3. Revitalização dos clubes	
	7.3. Marketing da cidade	7.3.1. Redefinir a imagem do Rio 7.3.2. Criar um projeto de marketing para o Rio	7.3.1.1. Desenvolvimento de um Plano Cooperativo de Imagem 7.3.2.1. Desenvolvimento de um Plano Operacional de Marketing 7.3.2.2. Atração de Sedes de organizações públicas e privadas	
	7.4. Turismo e eventos	7.4.1. Melhorar os sistemas de informação e divulgação 7.4.2. Ampliar o mercado turístico com oferta dirigida	7.4.1.1. Sistema de Informação Turística e de Eventos 7.4.1.2. Sinalização dos Acessos e uso dos centros de interesse turístico 7.4.2.1. Novos roteiros 7.4.2.2. Grandes eventos esportivos e culturais 7.4.2.3. Turismo especializado	
			7.4.3. Criar diferenciais de atratividade turística	7.4.3.1. Programa de Qualidade Total 7.4.3.2. Corredores Turísticos